



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
2ª VARA DO TRABALHO DE GOVERNADOR VALADARES – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
RENATA BATISTA PINTO COELHO FRÓES DE AGUILAR**



**Lei de Criação nº 8.432, de 11-6-1992  
Data da instalação: 22-1-1993  
Data de Implantação do PJe: 18-6-2015**

**Jurisdição:** Governador Valadares, Alpercata, Capitão Andrade, Central de Minas, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Galiléia, Itabirinha, Itanhomi, Jampruca, Mantena, Marilac, Matias Lobato, Mendes Pimentel, Nacip Raydan, Naque, Nova Belém, Nova Módica, Periquito, Pescador, São Félix de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixo, São João do Manteninha, São José da Safira, São José do Divino, Sardoá, Tumiritinga e Virgolândia.

**Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 23-3-2017, p. 3/4.**



## ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h10min do dia vinte e seis de abril de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, deu início à Correição Ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Governador Valadares, situada na Rua Orbis Clube, nº 20 – 12º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Renata Batista Pinto Coelho Fróes de Aguiar**; pelo MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Lenício Lemos Pimentel**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Élio Marcos da Silva; pelos servidores Breno Flecha Assis, Cleozimar Damasceno de Abreu, Eloany Ferraz Alves Rocha, Hugo Araújo de Paula, Irany Tavares Leal possivelmente já estará aposentada no dia correição, José de Arimateia Coelho, Luciana Santana Silva, Marcelo Vaz da Costa, Maria Imaculada Pena, Rogério Rodrigues Pinheiro, Rodrigo de Oliveira Barcelos e Victor Domingues Moreira.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 507 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 24-4-2017, apurando-se a média de 8,74 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 23 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 7 foram devolvidas para os juízos deprecentes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

**1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS** – A Vara expediu 86 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 24 foram devolvidas pelos juízos depreçados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

**1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 309 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 133 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

**1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 13 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

**1.6. CARGA PARA ADVOGADOS** – Existem 29 autos de processos físicos com carga, das quais 12 vencidas e cobradas.

**1.7. CARGA PARA PERITOS** – Constam 7 autos de processos físicos com carga, das quais 3 vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 71 processos pendentes para exame de peritos, devendo a Secretaria da Vara providenciar a baixa naquelas já realizadas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

**1.8. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constatam 129 mandados expedidos em processos físicos e 394 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 18 pendentes de cumprimento em processos físicos e 12 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

**1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS** – Há 18 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

**1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 21 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

**1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO** - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 24-4-2017, existem 18 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

**FASE DE CONHECIMENTO** (de 1º-1-2017 até 24-4-2017)  
(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	109
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	105
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	582
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	9
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	274
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	146
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	174

**1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – Existem 867 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 796 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 69 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- 2 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 24-4-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Governador Valadares, no ano 2016, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.339, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução baixo da média.

**1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO:** de acordo como sistema e-Gestão, dados de 24-4-2017, existem 2 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 26-4-2017 havia 35 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 7 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 10 processos;
- c) **instrução:** 10 processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 8 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010380/17, 0010381/17, 0010383/17, 0010385/17, 0010462/17, 0010464/17, 0010466/17, 0010389/17, 0010397 e 0010392/17

**RESULTADO** – Os processos encontram-se em ordem.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 14 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

Exame dos autos dos processos do Pje 0010154/17, 0010032/17, 0011747/16, 0010078/17, 0010069/17, 0010025/17, 0010009/17, 0010062/16, 0010058/16, 0010517/15, 0010621/16, 0010161/15, 0010162/15, 0010163/15, 0010164/15, 0011286/16, 0010384/15, 0011120/16, 0011668/16, 0011703/16, 0010033/17, 0011742/16, 0010581/16, 0011152/16, 0010930/16, 0011315/16, 0011595/16, 0011606/16, 0011638/16, 0010234/16, 0010149/16, 0011677/16, 0010036/17, 0011560/16, 0010207/16, 0010026/17, 0010208/16, 0010023/17, 0010182/16, 0011399/16, 0011231/16, 0011084/16, 0010756/16, 0011376/16, 0010153/16, 0010287/16, 0010093/16, 0011478/16, 0010051/16, 0010948/16, 0010018/17, 0011727/16, 0011322/16, 0011653/16, 0010082/17, 0010092/17, 0010209/17, 0010168/17, 0010139/17, 0011190/16, 0010224/17, 0010208/17, 0010220/17 e 0010222/17.

Foram examinados os autos dos processos físicos 01492/14, 01494/14, 01431/14, 01430/14, 01429/14 e 01428/14.

**RESULTADO** – examinados os autos, constatou-se:

- 0010153/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA**

- 6b2d713 (mais de 20 dias) e impulso oficial – Evento 21265114 (mais de 30 dias);  
- 0010287/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial  
– Evento 21218374 (mais de 30 dias);  
  
- 0010093/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial  
– Evento 21269695 (mais de 30 dias).

Os processos *sine die* examinados aguardam decisão só STF.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

**2.1. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 inquérito judicial em tramitação. Os autos do processo 00686/10 encontram-se com carga para perito.

**2.2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 10 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há ação civil coletiva em tramitação.

**3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –**

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	14	20	22
Procedimento Ordinário	19	34	39
Instrução processo físico	-	-	794
Instrução processo eletrônico	111	262	137

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias corridos

	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumariíssimo	14	14	10-5-2017 14 dias
Procedimento Ordinário	15	21	17-5-2017 21 dias
Instrução	300	343	5-12-2017 223 dias



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2017 até 24-4-2017)  
(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	169	22
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	287	39
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	174	42
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	6	794
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	303	192
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	170	45
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	7	828
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	288	196

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2017 até 24-4-2017)  
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	6	449
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	14	106



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

Do início ao encerramento da liquidação – exce- to procedimento sumariíssimo (item 371)	67	267
Do início ao encerramento da liquidação – exce- to procedimento sumariíssimo (item 90371)	37	66

c) Fase de execução (de 1º-1-2017 até 24-4-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	34	1.197
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	0	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	1	1.246
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
<b>Sentenças de conhecimento</b>	<b>1.165</b>	5,27
<b>Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração</b>	<b>244</b>	1,10
<b>Decisões na fase de execução</b>	<b>126</b>	0,57
<b>Total</b>	<b>1.535</b>	6,95

**4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS** – Em março de 2017, com 22 dias úteis, realizaram-se:

<b>Audiências</b>	<b>Número de Audiências/ Mês</b>	<b>Média/dia útil</b>
<b>Procedimento sumariíssimo</b>	<b>77</b>	3,5
<b>Procedimento ordinário</b>	<b>138</b>	6,27
<b>Instrução</b>	<b>74</b>	3,36
<b>Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução</b>	<b>52</b>	2,36
<b>Total</b>	<b>341</b>	15,5



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

No mês de março de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 87 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 21 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 66 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 8 horas e/ou 14 horas. Na quarta-feira há pauta dupla. Quando há atuação de Juiz Auxiliar há pauta de segunda-feira a quinta-feira a partir das 9 horas. O intervalo entre as audiências é de 5 minutos para as de procedimento sumariíssimo e para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declaram os magistrados que comparecem nesta unidade organizacional de terça-feira a quinta-feira. Quanto há atuação de Juiz Auxiliar os magistrados comparecem de segunda-feira a sexta-feira.

Declaram os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 500 despachos por semana.

**AUXÍLIO FIXO:** Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

## **5. PRODUÇÃO –**

<b>Movimentação Anual de Processos</b>		
	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Processos recebidos	1.387	1.683
Média por dia útil	6,16	7,61
Processos remanescentes do ano anterior	807	880
Sentenças anuladas	43	17
<b>Total de processos para solução</b>	<b>2.237</b>	<b>2.580</b>
Processos solucionados	1.388	1.786
Processos conciliados	495	621
Produção	62,04%	62,22%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 21% no número de processos recebidos no ano 2015. Quanto à produção, verificou-se que em 2016 houve um aumento de 0,18%.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

**5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE** – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	IP
Jan/15 a Dez/15	0,6815
Jan/16 a Dez/16	0,5240

Fonte: e-Gestão em 26/01/2017

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS –Jan/16 a Dez/16			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,5551	0,4147	0,4181	0,5285

Fonte: e-Gestão em 26/01/2017

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Jan/15 a Dez/15	VALOR ORIGINAL Jan/16 a Dez/16	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Jan/16 a Dez/16	MICRO REPARAMETRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.711 dias	1.697 dias	1.545 dias	0,5111
	PENDENTE	4.051	3.877	3.611	0,4395
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	1.304,30 dias	1.025,46 dias	776,32 dias	0,4147
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	35,66%	32,91%	37,65%	0,6973
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	100,07%	112,48%	97,34%	0,2830
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIME	48,21%	37,96%	38,22%	0,5606
	TC LIQUIDAÇÃO	48,05%	51,12%	40,65%	0,6873
	TC EXECUÇÃO	68,75%	75,31%	76,53%	0,6447
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	6,18%	8,53%	21,75%	0,0684

Fonte: e-Gestão em 26/01/2017



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA**

**6. ARRECADAÇÃO –**

<b>Contribuição Previdenciária</b>	<b>Imposto de Renda</b>
R\$4.584.754,39	R\$1.274.270,16

**7. PORTARIAS** – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias nº1 e nº 3, de 2001 e a nº 2, de 2002, que regulamentam a prática de atos ordinatórios; nº 1, de 2004, que estabelece normas para cópia e vista de processos; nº 3 de 2004, que concede à Secretaria da Vara o prazo em dobro para a prática de atos processuais, enquanto perdurar o regime de pauta dupla ou a autação de Juiz Auxiliar e a nº 1, de 2009, que dispõe sobre intimações de advogados e peritos em processos da Vara do Trabalho e dá outras providências.

**8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a excelente organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, sendo que em 4 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial e despacho deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais.

**10. RECOMENDAÇÕES:**

**10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

**10.2. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:**

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA**

- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;
- 3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: [www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual\\_orientacoes\\_peritos\\_judiciais\\_pjeit\\_1-12-0-3\\_1g.pdf](http://www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjeit_1-12-0-3_1g.pdf);
- 4) envidados esforços para aumentar a produção, inclusive no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados nos itens 5 e 11.1 desta Ata.
- 5) mantidos os procedimentos para a redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### **10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:**

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias conforme artigo 228, do CPC;
- 3) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

### **11. Gestão Estratégica**

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

**Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT / Indicador 6 TRT3:** Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,12%, tendo cumprido a Meta.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

2ª Vara do Trabalho de Governador Valadares - de 1º-1-17 até 24-4-17			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
<b>Total</b>	<b>507</b>	<b>478</b>	<b>94,28%</b>

**Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT:** Índice de Processos Antigos (IPA) - Julgar processos mais antigos Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º grau.

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão de 1º-1-17 até 24-4-17, há 28 processos distribuídos até 31-12-2015 pendentes, tendo sido atingida a Meta.

**12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

**13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.



